A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL NO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS): UM ESTUDO DE CASO EM ITAPURANGA

THE BEGINNING OF HISTORY TEACHING IN ELEMENTARY SCHOOL (INITIAL YEARS): A CASE STUDY IN ITAPURANGA

Jeruza Cunha Coelho
Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG)
jeruzacoelhoz28@hotmail.com
https://orcid.org/0009-0008-1566-1393

Wildinara Karlane Luiz da Silva
Mestra em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (UFG)
wildinara@hotmail.com
https://orcid.org/0009-0006-3201-4580

Resumo: O trabalho em estudo se propõe em pesquisar como o ensino de história local tem acontecido nas séries iniciais, buscando em legislações brasileiras base para um paralelo entre o que é proposto e o que tem ocorrido no momento da sala de aula de escolas da rede municipal de ensino na cidade de Itapuranga-Go. Observando as metodologias utilizadas, materiais oferecidos para os mediadores do conhecimento é que surgiu a ideia de investigar como esse fato ocorre na realidade dessas instituições. Diante ao exposto, foram utilizadas entrevistas e análise documental. As referências bibliográficas tem como pressuposto autores que estudaram a região de Goiás e sua história local, além de análise de leis tais, como: BNCC (BRASIL, 2017); DC-GO (GOIÁS, 2018); LDB (BRASIL, 1996); LEMOS (1990); MIRANDA, SCHIER, (2016); entre outros. Contudo, a pesquisa tem como foco principal o ensino da história local ocorrido no terceiro ano do ensino fundamental, com ênfase na grande relevância que é o conhecimento da história da região onde vive os educandos da série em estudo.

Palavras-chave: Ensino de História. História Local. BNCC. DC-GO. Itapuranga-Go.

Resumen/Abstract: The work under study proposes to research how the teaching of history has happened in the initial series, seeking in Brazilian legislation a basis for a parallel between what is proposed and what has been happening in the classroom of schools in the municipal education network. in the city of Itapuranga-Go. Observing the methodologies used, materials offered to knowledge mediators, the idea of investigating how this fact occurs in the reality of these institutions arose. Given the above, interviews and document analysis were used. The bibliographical references are based on authors who studied the region of Goiás and its local history, in addition to the analysis of laws such as: BNCC (BRASIL, 2017); DC-GO (GOIÁS, 2018); LDB

(BRASIL, 1996); SOUZA, CARNEIRO (1996); LEMOS (1990); MIRANDA, SCHIER, (2016); among others. However, the main focus of the research is the teaching of local history in the third year of elementary school, with emphasis on the great importance of knowing the history of the region where the students in the grade under study live.

Palabras clave/Keywords: History Teaching. Local History. BNCC DC-GO. Itapuranga-Go.

Considerações iniciais

Desde a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) em 1997, a história local tem sido considerada como conteúdo da disciplina de história para os anos iniciais do ensino fundamental. Estudiosos sobre a temática apontam que após os PCN surgiram inúmeras propostas curriculares estaduais e municipais que propuseram o trabalho com a história local como eixo de ensino para a disciplina de história. Contudo, apontam também que tais orientações não se traduziram na construção de material didático de apoio qualificado ao trabalho pedagógico nem na formação inicial, continuada dos professores.

Este estudo se justifica porquanto que o ensino de história local ganha significado e importância no ensino fundamental, exatamente pela possibilidade de introduzir a formação de um raciocínio de história que contemple não só indivíduo, mas a coletividade, apresentando as relações sociais que ali se estabelecem na realidade mais próxima.

O ensino de história local apresenta-se como um ponto de partida para a aprendizagem histórica, pela possibilidade de trabalhar com a realidade mais próxima das relações sociais que se estabelecem entre educador / educando / sociedade e o meio em que vivem e atuam.

A história local possibilita a compreensão do entorno do aluno, identificando passado e presente nos vários espaços de convivência. Essa temática permite que o professor parta das histórias individuais e dos grupos, inserindo o aluno em contextos mais amplos.

O presente artigo tem por objetivo investigar o ensino da história local ocorrido no terceiro ano do ensino fundamental, com ênfase na grande relevância que é o conhecimento da história da região onde vivem os educandos da série em estudo.

Partindo deste pressuposto, este estudo apresenta inicialmente alguns referenciais teóricos sobre a legislação e o significado da História enquanto disciplina escolar. Aborda também a importância do ensino de História nas séries iniciais, com ênfase para o estado de Goiás e na cidade de Itapuranga. Em seguida, são apresentados os resultados de uma pesquisa de campo feita por meio de questionário aplicado junto a professores dos anos iniciais de duas escolas municipais do município de Itapuranga - Goiás, com o objetivo de analisar suas percepções a respeito do ensino da disciplina de História.

O ensino de História e sua legislação

Em decorrência do cotidiano acelerado das famílias brasileiras, em meio ao avanço da tecnologia, há questionamentos em relação aos acontecimentos históricos e à ação do homem no meio social. Contudo, o estudo de história e a forma com que a educação no âmbito geral tem alcançado os cidadãos brasileiros têm sido repensados nas últimas décadas. Assim, existem legislações que garantem os direitos ao ensino de qualidade. Deste modo, o trabalho em estudo tem como objetivo pesquisar como o ensino de História tem sido norteado pelas normativas da LDB, BNCC e DC-GO.

A LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - é um documento que tem como finalidade gerir o processo educacional brasileiro. Criada em 1961, reformulada e aprovada em 1996 baseada na Constituição Federal. A lei 9.394/96 busca garantir a todo cidadão brasileiro o direito à educação (BRASIL, 1996).

Conforme essa lei, todo cidadão tem o direito de frequentar uma instituição de ensino. Contudo, as responsabilidades de oferta podem ser divididas, o Estado fica com o dever de oferecer a educação do Ensino Fundamental anos finais e o município fica com Educação Infantil e Ensino Fundamental anos iniciais.

A educação abrange o cotidiano do cidadão em casa, com a família, na escola ou grupos sociais a que frequenta. Assim, de acordo com a LDB, artigo 2º, a educação tem o objetivo de preparar o indivíduo para a vida em sociedade. Portanto, cabe às instituições de ensino público oferecer educação de qualidade e gratuita, considerando também o conhecimento que o educando adquire no seio da família, com suas diversidades, onde haja respeito às diferenças de cada indivíduo.

Contudo, nota-se inúmeras responsabilidades sobre estados, municípios, instituições e profissionais da educação para que o direito à educação de qualidade seja garantido, mesmo que o cenário vivido por muitos educadores possa estar impedindo o cumprimento desta lei, como por exemplo, condições de trabalhos ruins, ou baixos salários.

Além do mais, muitos educandos possuem difícil acesso para poder frequentar uma escola, além da questão racial, indígena e econômica que impede a proposta da LDB, de uma educação capaz de atender a todos os cidadãos brasileiros sem distinção de raça ou poder econômico.

A LDB também preconiza que cabe ao docente elaborar seu plano de ensino de acordo com a proposta da instituição local e conforme o Regimento do Município. Esse plano deve estar de acordo com a realidade vivenciada pelos docentes tendo a qualidade do ensino como primazia. O artigo 26 afirma que:

> Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (BRASIL, 1996, p. 19).

O ensino deve ter uma base comum, onde as instituições devem adequar seu currículo para que o educando possa prosseguir com seu aprendizado em qualquer localidade que esteja dentro do território nacional. No ano de 2017, é lançado um documento normativo embasado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), com o intuito de inserir um modelo único de educação em todo território nacional: a BNCC (Base Nacional Comum Curricular). Esse é um documento criado por diversos pensadores da educação com a finalidade de equiparar o processo de ensino brasileiro.

O documento trouxe aos educadores grandes desafios, pois o novo causa inúmeras inseguranças a grande maioria das pessoas. Contudo, a implantação da BNCC causou um impacto considerável ao processo de ensino aprendizagem no âmbito educacional brasileiro, mesmo que seja um documento de difícil compreensão e envolve a educação do país inteiro.

Assim, a BNCC tem o objetivo de atender desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, sendo que há uma proposta específica para cada etapa do processo educacional de acordo com a particularidade de cada região do país. Nela percebe-se que é importante ter um olhar paralelo entre o que deve ser comum e o que deve ser diverso no ensino, pois segundo a base: “as Competências e Diretrizes são comuns, os Currículos são diversos” (BRASIL, 2017, p.10).

O foco principal dessa base nacional é garantir um aprendizado que vá além de letras, números ou muros da escola, em busca de que o educando seja o protagonista do processo de ensino e que seu aprendizado abra caminhos e o leve para a vida cotidiana sendo um cidadão com potencialidades, tornando-o capaz de conviver, colaborar, participar e tomar decisões na sociedade ou qualquer grupo social que possa estar inserido.

Com as mudanças, no Ensino Fundamental, por exemplo, são trabalhadas Áreas de Conhecimentos, com as habilidades de ensino e Componentes Curriculares. Dentro das áreas de Conhecimentos, estão inseridas as disciplinas que deram lugar aos componentes curriculares, como pode ser visto no quadro a seguir.

Quadro 1: Distribuição dos componentes curriculares por Áreas de conhecimento

ENSINO FUNDAMENTAL-ANOS INICIAIS								
ÁREAS DE CONHECIMENTO	**Linguagem**			**Matemática**	**Ciências da Natureza**	**Ciências Humanas**		**Ensino Religioso**
COMPONENTES CURRICULARES	Língua Portuguesa	Arte	Educação Física	Matemática	Ciências	Geografia	História	Ensino Religioso

Fonte: adaptado da BNCC (BRASIL, 2017, p.63)

A área de Conhecimento de Ciências Humanas que envolve História orienta que o ensino de História não fique apenas nos acontecimentos lá do passado, mas que o educando possa ver possibilidades e relações entre passado e presente com sequências e consequências. Dessa forma, a BNCC afirma que “o que nos interessa no conhecimento histórico é perceber a forma como os indivíduos construíram com diferentes linguagens, suas narrações sobre o mundo em que viveram e vivem suas instituições e organizações sociais” (BRASIL, 2017 p. 396).

Espera-se que o ensino de História no Ensino Fundamental alcance o educando de maneira a ser um agente de história, pois, segundo a base, com o conhecimento, o sujeito se torna capaz de “fazer história”. Com isso, ele amplia suas

descobertas e questionamentos, se tornando portador do conhecimento instigando aqueles que os cercam a fazer o mesmo.

Assim, a BNCC orienta que os componentes curriculares devem estar de acordo com a vivência do educando, com o intuito de que ele se reconheça como sujeito (eu) e veja também no outro (ele) como um grupo (nós), com possibilidades de serem protagonistas da história.

Logo, é imprescindível o conhecimento do local onde vivem da história de sua região e saber a sua localização no espaço onde moram. Dessa forma, cada região tem autonomia para inserir aos componentes curriculares conteúdos que estejam de acordo com a sua realidade histórica e cultural.

Analisando a proposta do documento em estudo, podemos questionar qual a real finalidade dele, pois em meio a um país grande e diverso como o Brasil, com misturas de raças e com tantas diferenças culturais, religiosas, climáticas ou econômicas, inserir um modelo único de ensino seria um pouco audacioso.

Outro fator a ser discutido é a criação do DC-GO, implantado para amenizar essa problemática. Esse documento é visto pelo MEC como “a tradução da BNCC” e orienta desde a Educação Infantil ao Ensino Fundamental no Estado de Goiás. O DC-GO enfatiza que o conhecimento seja mediado de forma comum entre os municípios do Estado de Goiás norteados pela BNCC, para que o aluno tenha o direito ao conhecimento em qualquer localidade que esteja dentro do Estado.

Além do mais, o documento em questão tem o objetivo de preservar a identidade cultural e regional do Estado de Goiás, trabalhando as habilidades de conhecimento mais detalhadas com conteúdos específicos para cada região do Cerrado, garantindo a mediação do conhecimento da cultura e costumes do povo goiano, em que haja possibilidade de o educando investigar e questionar sobre a própria história do espaço em que ele vive. Então,

> Esse documento curricular traz uma proposta metodológica de integração de conhecimento, visando à formação do sujeito integral. A área de ciências humanas em sua essência, possibilita o diálogo e integração entre componentes, pois o seu fazer ocorre através das diversas linguagens e leituras de mundo e sociedade. (GOIÁS, 2018, p. 74).

Assim, o ensino de história inserido na área de ciências humanas deve indagar qual o papel da história no cotidiano de estudantes do Ensino Fundamental, incluindo nos seus objetivos ou competências específicas a importância de compreender e interpretar acontecimentos no decorrer do tempo. Além disso, analisar, produzir e avaliar tais ocorrências utilizando ferramentas atuais (como tecnologias digitais) e trazendo suas descobertas para a atualidade.

> Estes desdobramentos se deram de duas formas principais, sendo a primeira alinhada ao cuidado em apresentar a história obedecendo a uma gradação cognitiva; a segunda, contextualizar as habilidades para atender às especificidades goianas, regionais, às diversidades culturais, às múltiplas configurações identitárias, étnico-identitárias, raciais, culturais, religiosas, sexuais e ainda contemplar os temas atuais na contemporaneidade. (GOIÁS, 2018, p. 92)

Inclusive deve ser trabalhada ainda a questão racial, cultural, religiosa, indígena, além das etnias que fizeram parte da formação do povo e do território goiano. Em sua estrutura o DC-GO foi formulado de maneira em que as habilidades de conhecimento sejam organizadas de acordo com graus de complexidades, referidas no documento como “desdobramentos”.

Na educação infantil os conteúdos são ministrados em Campos de Experiência,

> Dessa forma, podemos dizer que este processo que inicia nos campos de experiência na Educação Infantil contribui para a tomada de consciência da existência de um “Eu” de um “outro” pela criança que vai sendo ampliada à medida que ela desenvolve a capacidade de administrar a sua vontade com autonomia, como parte da família, uma comunidade e um corpo social. (GOIÁS, 2018, p. 93)

Assim, é indispensável que o ensino de História abra caminhos para que os educandos se conheçam através de suas próprias ações e da comunidade na qual estão inseridos, podendo ainda questionar sobre o que lhes é transmitido e buscar formas de transformar ações do grupo e resgatar a pluralidade cultural do seu meio.

Dando sequência ao que foi trabalhado na Educação Infantil, a ideia do DC-GO é que, no Ensino Fundamental anos iniciais, os Campos de Experiência tenham o foco no ambiente no qual os alunos estejam inseridos e possam compreender as

variadas formas de vida das comunidades, como, por exemplo, a comunidade rural ou a pluralidade cultural existente neste meio.

Passando para etapa dos anos finais do Ensino Fundamental, o conhecimento se amplia, “com ênfase em pensar a diversidade dos povos e culturas e suas formas de organização, noção de cidadania, os direitos e deveres e o reconhecimento da diversidade das sociedades” (GOIÁS, 2018, p.93).

Diante disto, o DC-GO busca trabalhar a goianidade, espera-se que a educação promova o respeito às diferenças existentes na sociedade, além de estimular a formação de sujeitos capazes de pensar e agir de acordo com seus direitos e deveres na comunidade na qual fazem parte.

Espera-se ainda que as instituições educacionais possam oferecer aos seus profissionais melhores condições de trabalho e materiais didáticos adequados e suficientes para que o conhecimento alcance a todos os educandos

Mediante ao exposto, pode-se compreender que a LDB, BNCC e DC-GO são documentos que norteiam o ensino, alinhados um ao outro com a finalidade de adequar o ensino aprendizagem às características regionais de cada estado e município do país, e tendo como componente curricular a história local.

A importância do ensino de História nas séries iniciais

É evidente que as leis que regem o modelo de ensino brasileiro buscam alcançar todos os cidadãos mediante as transformações que possam ocorrer no decorrer dos tempos na sociedade. Assim como outros componentes curriculares, o ensino de História tem grande relevância no processo do ensino. Através da História, desde a Educação Infantil, o sujeito inicia sua visão de mundo ampliando seu conhecimento no decorrer das etapas seguintes da educação.

> Sendo assim, seu objeto de estudo é a relação do presente com o passado no decorrer do tempo histórico das sociedades. E suas principais categorias e conceitos e análise são: identidades, culturas, diferenças, rupturas, permanências, continuidades, descontinuidades, memórias, tradições, simbologias, movimentos, processos, documentos, fontes dentre outros, propiciando o desenvolvimento da alfabetização histórica e social e do raciocínio temporal, contribuindo assim, com a formação do cidadão autônomo e integral. (GOIÁS, 2018, p. 75)

Observa-se também a relevância do papel da comunidade escolar, junto aos professores e profissionais da educação na formação dos educandos com o ensino de história. Miranda e Schier (2016, p. 25) pontuam que a função do professor é de auxiliar no processo de ensino em parceria com a família, sendo que esta "deve também participar da educação do aluno, pois fazem parte do cotidiano dos alunos diretamente, bem como são considerados exemplos a serem seguidos". Efetivamente, cabe aos profissionais da educação e às famílias incentivar os educandos a amplificar seus conhecimentos, pesquisar e indagar o contexto vivenciado para construir sua própria história. Dessa forma,

> O estudo da história vai além do conhecimento de determinada localidade. Atinge regiões, países e continentes inteiros, tal fator acontece porque a cultura ou determinada ação de país pode ser transmitida a outro, através de conquistas territoriais, políticas, econômicas ou pontos turísticos, sofrendo alterações para adequá-las às características locais. (MIRANDA; SCHIER, 2016, p. 30)

No entanto, o ensino de história está em constante questionamento. No momento de planejar as ações para sala de aula, os profissionais da educação têm se preocupado em como o educando pode absorver os conteúdos ministrados ou em que esses conteúdos têm contribuído para a vida em sociedade**.**

Segundo teóricos do ensino de história, é interessante pensar o ensino de história como um componente curricular instigador de descobertas e capaz de influenciar na cidadania. Dessa maneira, a formação continuada é de grande importância no cotidiano da escola, pois os professores discutem problemas com seus pares e buscam alternativas por meio de diálogo que possam contribuir para melhoria da prática docente. Para Imbernón (2006, p. 55), "a formação permanente deve estender-se ao terreno das capacidades, habilidades, atitudes e questionar permanentemente, os valores e as concepções de cada professor e professora e da equipe como um todo".

A formação proporciona oportunidades para processos que possam fornecer aos professores os conhecimentos necessários para se tornarem profissionais críticos e preparados que possam refletir as mudanças no sistema educacional. Com isso, é notório a necessidade que o professor que ensina História

tem de se desdobrar e procurar meios para que o educando compreenda os objetivos do ensino de História para a vida. Afinal, como Schmidt e Cainelli (2004) dizem sobre o professor da disciplina de história ser: “novidadeiro do passado e da memória” e sentir-se “com a possibilidade de guiar e dominar em nome do conhecimento”.

Diante ao exposto, como já foi mencionado, o sistema de ensino espera do professor inúmeras responsabilidades, desde os conteúdos programáticos, ao modo que irão se mediados, aos planejamentos, à escolha do livro didático e ao uso do mesmo em sala de aula.

A importância deste ensino de história regional e local pretende contribuir para o desenvolvimento de competências que visem uma nova forma de pensar a história regional e local. A história regional e local permite ao aluno integrar-se na sociedade a que pertence, favorecendo criar a sua própria história (SCHMIDT; CAINELLI, 2004).

Com isso, há possibilidade de que o indivíduo defina sua identidade de sujeito habitante da região vivida. Assim, a seguir, buscaremos mostrar um breve estudo sobre a história destes, Estado de Goiás e município de Itapuranga.

Estado de Goiás

A história de Goiás é regada por desbravamentos e construções. Conhecer o percurso histórico da formação de Goiás que vivenciamos é essencial para obtermos a referência do porquê o estado é como e sua história faz parte do currículo escolar.

Mediante ao processo histórico do estado de Goiás e segundo pesquisadores a respeito, percebemos que há uma história além daquela que nos contam ou ensinam nas instituições educacionais. De acordo com muitos historiadores essa história de Goiás não inicia a partir do povoamento, desencadeado pelos bandeirantes, tão pouco a partir da bandeira do afamado Anhanguera, como mostram muitos livros didáticos.

Contudo, podemos compreender que há uma história inventada e ensinada quando se fala de como ou quando o Estado de Goiás começou, e percebemos também que historiadores e pesquisadores trabalham em prol de desmistificar esta problemática.

Antes da chegada das bandeiras, Goiás já era habitado por povos indígenas. “Eram inúmeras as tribos indígenas em Goiás, cobrindo todo o território. Silva e Souza enumera em 1809 vinte tribos, e não estão incluídas todas. Podemos citar as mais importantes, os Caiapó, Xavante, Goiá, Crixá, Araé, Xerente, Karajá, Acroá”. (PALACIN; MORAES, 2008, p.61)

No entanto, houve uma ocupação de terras que já eram habitadas e que os bandeirantes chegaram no território com o objetivo de dominar a terra; capturar os indígenas; explorar seu trabalho; além de tomar suas terras e explorar os recursos naturais existentes na região.

As bandeiras percorriam todo território desde o primeiro século da colonização brasileira com o propósito de encontrar riquezas naturais ou aprisionar indígenas. Contudo, “de São Paulo, saíram às bandeiras que, buscando índios cada vez mais escassos, chegavam com frequência até o extremo norte de Goiás, região do estreito” (PALACIN; MORAES, 2008, p. 17).

Os bandeirantes não tinham intenção de fixar moradia na região. Eles capturavam indígenas, buscavam os bens naturais e os levavam para São Paulo ou para suas regiões de origem. Anhanguera conhecia a região de São Paulo e havia percorrido também a região de Minas Gerais e Mato Grosso. Então, deduziu que em Goiás certamente encontraria ouro também, já que a região encontra-se localizada entre esses dois estados. Dessa maneira, pediu autorização ao rei para formar uma bandeira e seguir viagem para região do estado de Goiás. “A bandeira saiu de São Paulo em 3 de julho de 1722. O caminho já não era tão difícil como nos primeiros tempos” (PALACIN; MORAES, 2008, p. 21)

Consta na história que o caminho não foi tão fácil como o esperado, em que, houve situações de perda do caminho, doenças, mortes e desistências de muitos integrantes do grupo. A ambição de Anhanguera por explorar as riquezas naturais falou mais alto e mesmo em meio a tantas perdas e conflitos, ele seguiu com seu objetivo.

> No fim acabou tendo sorte, pois numa das voltas das bandeiras, quando já lhe restavam poucos companheiros, descobriu ouro nas cabeceiras do Rio Vermelho – na região da atual cidade de Goiás. A 21 de outubro de 1725, após três anos, voltaram triunfantes a São Paulo, propagando que tinham descoberto cinco córregos auríferos e

> minas tão ricas como as de Cuiabá, com ótimo clima e fácil comunicação. (PALACIN; MORAES, 2008, p. 22)

Podemos ver a figura de Anhanguera, Bartolomeu Bueno da Silva, sendo homenageada em todo o estado, como nome de avenidas, estátua em praça e até mesmo no Hino de Goiás, em que, como um herói, poderia ser considerado o fundador do estado. Mas segundo Ribeiro (2014, p. 125), isso é um mito, pois "às atrocidades referidas e assumidas sobrepunham-se a ousadia e bravura".

Mediante a descoberta, iniciou-se o período de exploração com a ocupação das regiões próximas a rios, onde havia possibilidade de encontrar mais ouro, através de formação de arraiais. "A primeira região ocupada foi a do Rio Vermelho, onde se fundou o arraial de Sant`ana, que depois seria chamado Vila Boa e mais tarde, Cidade de Goiás, sendo durante 200 anos a capital do território" (PALACIN; MORAES, 2008, p.23).

Posteriormente, o homem negro veio para Goiás a trabalho escravo contribuir para o desenvolvimento do estado. Sendo assim, essa população escrava de descendência africana contribuiu para a formação do povo com a mistura de raças e culturas.

Os registros da vida dos negros escravos em Goiás são mencionados como trabalhadores das minas, onde o trabalho duro no sol e em más condições ocasionou em várias doenças. Além do mais, "acrescenta-se a isto os males da falta de liberdade: arbitrariedade, castigos. Eram considerados mais como coisas do que de como pessoas" (PALACIN; MORAES, 2008, p. 56).

Com o decorrer dos tempos, Goiás passou pela decadência do ouro, a transição da sociedade mineradora para a sociedade pastoril. A chegada da independência de Goiás e do Brasil culminou na construção de uma nova capital chamada Goiânia. A mudança da capital Goiana é um marco na história, pois está relacionada a acontecimentos marcantes da década de 1930 no Brasil. Dessa maneira, pode se destacar a Revolução de 30, chamada também de "golpe" por muitos. Essa Revolução aconteceu devido à insatisfação da classe dominante de Minas, Paraíba e Rio Grande do Sul em relação ao modelo de governo oligárquico que regia o país na época.

Em busca de desenvolvimento, davam-se ênfase a algumas questões que afetam a sociedade como educação, transporte, saúde, entre outras, era notório que

poderia haver mais algumas mudanças significativas e que contribuiria para o desenvolvimento do estado em longo prazo, como a construção de uma nova capital, fato que abriu portas para o desenvolvimento do estado.

> A construção de Goiânia, uma das grandes obras do Brasil na época, devolveu aos goianos a confiança em si mesmos e, em vez de pensarem na grandeza do passado, começaram a pensar na grandeza do futuro. Ao mesmo tempo, a construção de Goiânia significava o primeiro grande impulso para a transformação da economia e da política econômica do estado. (PALACIN; MORAES, 2008, p. 162).

A mudança da capital foi um fator que contribuiu para o crescimento de Goiás, facilitando assim abertura de novas estradas, aumento do fluxo migratório, o crescimento da população, o desenvolvimento da produção agrícola, além de desencadear na construção de um centro industrial de alta relevância no estado. Enfim, a construção de Goiânia foi considerada como fator primordial de uma nova História para o desenvolvimento de Goiás e segue em processo de desenvolvimento até os dias atuais.

História da cidade de Itapuranga

No interior do estado de Goiás, Itapuranga fica localizada na região central, a 155 km da capital Goiana, a 54 km da antiga capital do estado, cidade de Goiás. Itapuranga conta com uma população de aproximadamente 26 mil habitantes. Esta cidade faz divisa com os municípios de Heitoraí, cidade de Goiás, Guaraíta, Uruana, e Carmo do Rio Verde. O município é composto pelos distritos de Cibele, Cruzeiro Dourado, Diolândia e Lages.

A formação desta cidade teve início em registro diante ao contexto histórico da época, mais precisamente na década de 1930, a partir da Revolução, em que aconteceram várias mudanças no cenário nacional, ocasionando a procura por terras ainda não ocupadas na região Centro Oeste.

Há registro na data de 1932 na qual consta a trajetória de um senhor chamado Braz Camilo que fez uma marca simbolizada com uma cruz para demarcar um local em que seria fundada uma capela chamada de São Sebastião. Braz Camillo

em suas andanças percorrendo a região como capitão de folia conseguiu doações para a compra de um terreno onde foi construído um novo povoado denominado Xixá.

> Xixá foi o primeiro nome dado ao então povoado. Este, nomeado devido a grande quantidade de árvores chamadas de Xixazeiros. Assim ficou o povoado do Xixá localizado às margens do Rio Canastra. Em 1934 defronte a pequena São Sebastião fora realizada a primeira missa campal, à sombra de uma árvore muito frondosa, típica da região, denominada Xixá, que predominava nas matas; e que doara por fatos históricos o seu nome para o recém criado povoado. (LEMOS, 1990, p. 01)

A partir do ocorrido, o povoado se tornou afamado devido à qualidade de suas terras, atraindo famílias de outros estados, principalmente de Minas Gerais para a região. Segundo Lemos (1990, p. 2), as terras tinham características comparadas à "deusa da fertilidade e produtividade", no que instigou o desejo de famílias colonizadoras para o povoado. Este fato incentivou o trabalho com a terra e a criação de gado e suínos. Consequentemente, "a ocupação do homem na zona rural promoveu o povoado à grande produtor de arroz, feijão e algodão; cresceu a pecuária e a suinocultura. O progresso atrai novos capitais".

Então, Xixá ficou conhecido no estado de Goiás devido à forma com que os moradores do atual povoado enfrentavam o trabalho, acolhia as pessoas na comunidade, tinham um sentimento de amor pela região e de reciprocidade uns pelos outros. Foram estes uns dos fatores que contribuíram para o crescimento populacional do então povoado e o reconhecimento do mesmo.

A emancipação do então povoado deu início a partir de uma assembleia ocorrida em 1952 com a participação de vários homens, sendo registrado que "seria estabelecido em lei o espaço de cinco anos para efetivar emancipações" (LEMOS, 1990, p. 04). Na ocasião, foi formada uma comissão denominada "Pró-emancipação" com a função de buscar meios para tal fato. "Em 09 de julho de 1953, foi publicado no Diário Oficial do Estado de Goiás, a Lei nº 748 de 03 de julho de 1953, que "Cria o Município de Itapuranga" e dá outras providências". (LEMOS, 1990, p. 05).

Em vista disso, o povoado Xixá passa a ser chamado de Município de Itapuranga, que significa "Pedra Vermelha ou Pedra Escura". De acordo com Lemos (1990), a transição do nome da nova cidade ocorreu através de um projeto apresentado pelo vereador Acilino Luíz Pereira. O marco oficial da emancipação da

cidade de Itapuranga ocorreu em 06 de janeiro, quando é comemorado anualmente desde então esse evento.

Após esse ocorrido, Itapuranga inicia um momento de prosperidade considerável, com a implantação da destilaria Pite S/A na região, fato ocorrido com a intenção do governo federal da época de diminuir o preço do combustível e suprir a falta da gasolina no país (SILVA; PINHEIRO, 2020).

Esse momento não durou muito tempo, pois a famosa usina deixou muitos produtores rurais em situações difíceis, resultando em greves e implantação de sindicatos de trabalhadores. Em seguida, o desenvolvimento econômico da cidade passa a se basear na produção agrícola de pequenos produtores rurais.

> Em nossos dias a cidade sobrevive do comércio local, mantido por pequenas propriedades familiares, pelo funcionalismo público estadual e municipal, com pequenas e médias indústrias de todos os ramos. Podemos destacar também a produção de frutas cítricas em regime de "monocultura", como o maracujá, que ganhou destaque em todo Estado, momento em que Itapuranga ficou conhecida como a Capital do Maracujá. A pecuária leiteira tem sido outra fonte econômica do município que pode ser comprovada através da grande quantidade de laticínios existentes, apesar de empresas não muito sérias que sempre trazem prejuízos para nossos produtores. (SILVA; PINHEIRO, 2020, p. 78).

Itapuranga se destaca ainda pelas suas expressões culturais e religiosas, onde podemos observar que as manifestações religiosas produzem cultura, como a folia de Reis, por exemplo, que "é destaque da cultura regional, tradicionalmente no Distrito de Lages e na fazenda Santa Rosa, sendo a primeira reconhecida no cenário nacional", segundo Silva e Pinheiro (2020, p. 79)

Com a população na sua maioria cristã, há ainda as festividades da igreja católica e das igrejas evangélicas que fazem parte dos movimentos religiosos de Itapuranga. Além do mais, acontece um evento anual chamado "Domingo Cultural", com exposições de trabalhos artísticos de pessoas da cidade e uma festa popular e tradicional denominada "Festa do Povo" que ocorre anualmente no mês de julho, que também faz parte das manifestações culturais da cidade.

Essas manifestações chamam a atenção de moradores de toda região que buscam uma forma de lazer ou distração, podendo sair da rotina de suas casas com

suas famílias, além de conhecer mais sobre a história da cidade e o potencial de muitos moradores através das produções artísticas dos mesmos.

Na educação, a história registra desde o surgimento do povoado que as aulas eram ministradas nas fazendas, na casa de algum morador, onde o ensino era diferenciado entre meninas e meninos. Segundo Reis (2017), aos homens era ensinada leitura e escrita com a finalidade de obter uma formação e às meninas eram ensinados os afazeres domésticos com finalidade de formar uma mãe de família.

A escola do meio urbano foi instalada a partir do crescimento populacional em decorrência do êxodo rural na década de 1970. De acordo com Reis (2017), as famílias mais ricas enviavam seus filhos para estudarem na cidade de Goiás. As famílias que não tinham condições precisavam construir um local para oferecer educação para seus filhos.

A primeira escola construída foi o grupo escolar Coronel Virgílio José de Barros. Este oferecia ensino de primeira à quarta série primária.

> Este grupo escolar apesar de suas dificuldades caracterizava o processo educacional, mas já não atendia a demanda devido ao crescimento do distrito, com isto os fazendeiros juntamente com a população concretizaram a campanha para arrecadação de fundos para a construção do prédio da escola Grupo Escolar Coronel Virgílio José de Barros, que contou com a participação da população com donativos de materiais e mão de obra, por isso a construção foi realizada em etapas iniciando-se em 1943 e finalizando-se em 1947. (REIS, 2017, p. 25)

No contexto atual, as instituições educacionais do município são constituídas pela Rede Municipal e Estadual de ensino público somado a algumas instituições privadas. O município oferece ensino a partir da educação infantil até o Ensino Fundamental anos iniciais e o Estado oferece ensino a partir do Ensino Fundamental anos finais até o Ensino Médio.

Ensino de História Local na cidade de Itapuranga – um estudo de caso

Para alcançar o objetivo do trabalho de verificar a relação entre teoria e prática, participaram da pesquisa professores do terceiro ano do Ensino Fundamental, identificados como professor A e professor B. Os dados foram coletados por

intermédio de um questionário composto de 10 questões, cujo objetivo geral era explorar concepções e experiências sobre o ensino de história local.

Os participantes da pesquisa são professores graduados em Letras, concursados e aptos a atuar na rede municipal de ensino. Ambos são nascidos e criados no município de Itapuranga.

O questionário apresenta a pergunta 01 e 02 elaborada com ênfase para a BNCC e DC-GO. Ambos os professores ao responderem a primeira questão dizem ter conhecimento sobre as orientações da BNCC e do DC-GO, sendo que um deles cita que houve um curso preparatório.

O curso citado pelo professor é ofertado pela Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEDUC), é destinado a profissionais de Educação, efetivos ou em contrato temporário, das redes públicas de ensino, tanto estadual, quanto municipais. O curso tem o objetivo de ampliar os conhecimentos teóricos sobre o Documento Curricular para Goiás – Ampliado (DC-GO Ampliado) do Ensino Fundamental, com a apresentação das competências gerais e específicas, habilidades, histórico de construção e estrutura curricular. Essa é uma boa atitude da SEDUC para que o documento seja implementado.

Já diante da questão 02, a questão realizada foi: Na sua prática pedagógica houve diferença no ensino de História entre antes e depois desse documento? Qual?. Os dois professores consideram que houve diferença em sua prática pedagógica no ensino de História após o conhecimento dos documentos. Ambos sentiram mais facilidade de trabalhar, desde o planejamento, execução das aulas e aprendizagem dos alunos.

> Sim, pois a BNCC, DC-GO trilhou caminhos mais fáceis e de grandes aprendizagens, tanto para o professor, quanto para o desenvolvimento e aprendizagem do aluno. (Professor A)
>
> Houve sim, através das orientações constituídas nesse documento ficou mais fácil para planejar e executar as aulas. (Professor B)

Como demonstrado acima, os professores ressaltam que conhecem esses documentos e que ele impactou sua forma de trabalhar. Em suas falas, usam a palavra “fácil” para designar a diferença entre antes e depois desse documento. Isso mostra a importância da existência, disseminação e divulgação desses documentos entre os

profissionais da educação, pois está tendo impacto positivo na prática de ensino de história.

As questões 03 a 10 foram organizadas com objetivo de identificar o desenvolvimento do ensino local na série inicial da região de Itapuranga. Problematizar a história regional e local nos anos iniciais é uma prática que contribui para o desenvolvimento dos alunos. Por isso, a pergunta 03 questiona os professores sobre os planejamentos das suas aulas relacionadas com o ensino da história local. O professor “A” lembra-se da importância dos historiadores:

> Bom. Primeiramente a gente faz um levantamento histórico, onde a fonte de pesquisa são os historiadores do nosso município, das nossas cidades e também das cidades vizinhas. Após essa pesquisa, elaboramos textos de fácil entendimento e depois usamos fatos e fotos para uma aula expositiva. (Professor A)

Já o professor “B” ressalta em sua resposta que:

> A gente sempre busca outras fontes como a Biblioteca Municipal, a UEG que possuem alguns arquivos que são referentes a história de Goiás, e a gente sempre está buscando essas orientações, porque nós não temos um material específico, então a gente busca através destas fontes. (Professor B)

Nas questões 05 e 06, ao serem questionados sobre os materiais didáticos adotados, para verificar os mesmos são suficientes para abordar a história local, os dois professores foram enfáticos em responder que “não”. O professor “A" destaca que os conteúdos dos livros didáticos são distantes da realidade, e que é necessário sempre estar em busca de melhorias para os conteúdos e para o desenvolvimento dos alunos.

A aula de história possibilita a construção do saber histórico através da relação interativa entre educador e educando, transformando essa prática em ato político, no sentido de transformação consciente do fazer histórico (BITTENCOURT, 2008). Ao serem questionadas sobre aulas extraclasses na questão 07, ambos os professores descrevem que realizam atividades extraclasses em locais históricos da cidade. O professor “A” ressalta que realiza “visitas na parte inicial da nossa cidade, que chamamos de Xixazão, onde foi celebrada a primeira missa e o início da grande Itapuranga”, assim como mencionou (Lemos, 1990). Já o professor “B” citou como um dos exemplos de suas aulas extraclasses “visitas, como na câmara municipal e na

prefeitura". Sendo que estas visitas têm o intuito de mostrar para os alunos como se constituem a gestão política do município.

As questões 08 e 09 abordam as dificuldades para cumprir os direcionamentos para o ensino de história local e se os professores mudariam alguma metodologia de ensino implantada pelo Sistema. Ao considerar as estratégias de ensino, fica clara a importância que dão aos métodos de ensino, incluindo palestras, aula expositiva, excursões e visitas.

Os professores reconhecem que não possuem um livro que aborda a história regional, o que torna mais difícil cumprir os direcionamentos. O professor "A" ainda ressalta que "a nossa cidade oferece pouco arquivo histórico" o que dificulta ainda mais uma aula com maior qualidade.

Os professores destacaram em suas respostas:

> Eu mudaria sim, mas não a metodologia, mas transformaria nossos livros didáticos em conformidade com o DC-GO, pois é mais próximo da nossa realidade, lembrando que os livros didáticos, eles fogem muito do contexto regional. (Professor A)
>
> Mudaria sim, começando pelos livros didáticos que não temos e acredito que seria de grande importância a participação de professores específicos da área para dar aulas dessa disciplina. (Professor B)

Os professores encerram sua participação na pesquisa avaliando os resultados alcançados através do trabalho sobre essa pauta da história local positivamente. Conforme relata o professor "B", apesar dos desafios e do pouco material, "quando se trabalha dentro da realidade do cotidiano das crianças, eles compreendem melhor e a aprendizagem acontece".

Através de sua experiência de ensino, os professores reconhecem que a história local como método de ensino cria uma relação maior entre os alunos e o conhecimento histórico. Segundo os professores, o estudo da história do ambiente local estimula a descoberta, o reconhecimento do aluno como sujeito da história e a participação ativa da criança na coleta de informações e também o envolvimento dos pais.

Segundo a ideia expressa pelos professores, como estratégia de ensino/aprendizagem de história, o ensino da história local facilita a interação das

crianças com o conteúdo histórico trabalhado em sala de aula e cria uma apropriação histórica do município.

Como já mencionado, a consolidação da identidade envolve também a ampliação de horizontes em experiências e intenções no tempo, em que os sujeitos atuantes têm assegurada sua permanência no desenvolvimento do tempo.

Portanto, o ensino de história possui características peculiares em que os professores, com todos os conhecimentos de que dispõem, para sua formação pessoal e profissional, podem influenciar direta ou indiretamente na formação histórica dos alunos.

Considerações finais

Portanto, este estudo buscou estabelecer uma análise teórica e prática do ensino de história local nos anos iniciais do ensino fundamental de Itapuranga. Ao apresentar os resultados do estudo, notou-se o esforço dos professores em estabelecer a história do local em sua relação com os alunos nas aulas de história como prescrita pela BNCC, DC-GO e por teóricos da educação.

Mediante as análises de dados notou-se ainda como os profissionais desejam que haja aprendizado e que o educando entenda o que está sendo proposto em relação à história local e o meio em que vive. Os profissionais se desdobram, com poucos recursos didáticos disponíveis para que haja além de tudo, a preservação da identidade cultural, onde esses educandos valorizem a sua própria história.

Os profissionais se organizam entre os professores que ensinam história e criam estratégias instrucionais significativas para as crianças. Ressaltamos também que o estudo da história local nos anos iniciais do ensino fundamental permite a construção de determinadas identidades históricas, a partir de uma perspectiva apoiada e defendida pelas teorias do ensino de história.

Desse modo, cabe às instituições de ensino em parceria com o estado assumirem o papel de mediadores do conhecimento de história e que o ensino vá além da simples divulgação do conhecimento estabelecido, para que as instituições educacionais e seus profissionais tenham acesso às condições de trabalho adequadas, materiais didáticos suficientes para o trabalho.

Esse é o desafio que acompanha os obstáculos no caminho do profissional do ensino de história. Diante disso, espera-se que esta pesquisa abra caminhos para que a verdadeira história local seja ensinada e que as universidades formadoras de profissionais contribuam para o processo de ensino aprendizagem desde a educação infantil até o nível superior.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2008.

BRASIL. Ministério da educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base, Brasília 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: história, geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **LDB:** Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017

GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação: **documento Curricular para Goiás**. Goiânia, 2018.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional:** forma-se para a mudança e a incerteza. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LEMOS, F Thomás. **Terra Xixá: Histórico de Itapuranga.** 1990.

MIRANDA, Liliane de Jesus Nascimento; SCHIER, Dirlei Afonso. **A influência do ensino de história na educação infantil e formação do aluno**: Educação em Foco, Edição nº: 08/Ano: 2016.

PALACIN, Luis; MORAES, Maria Augusta Sant'Anna**. História de Goiás.** 7. ed. Goiânia: Ed. da UCG, 2008.

SILVA, Valtuir Moreira da; PINHEIRO, Claudio Tavares. **Itapuranga**: representação de um passado. (2020?) Disponível em: http://www.camaraitapuranga.go.gov.br/municipio/3-historia.html. Acesso em 22 de jan. 2023.

REIS, Carmen Sílvia Ferreira da Silva. **História e memória do Xixá**: os olhares se voltam ao Xixazão. Universidade Estadual de Goiás, UnU Itapuranga, 2017.

RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral. **Cultura histórica e história ensinada.** Goiânia: UFG. 2014.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história.** São Paulo: Scipione. 2004.